



## COMISSÃO DE TRABALHO

### PROJETO DE LEI Nº 4.484, DE 2021

Apensado: PL nº 169/2023

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para permitir a concessão de seguro-desemprego ao pescador artesanal na hipótese de contaminação de pescado pela Doença de Haff.

**Autor:** Deputado AIRTON FALEIRO

**Relator:** Deputado VICENTINHO

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.484, de 2021, de autoria do Deputado Airton Faleiro, altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para, em caráter excepcional, permitir a concessão do seguro-desemprego ao pescador artesanal na hipótese de **contaminação de pescado pela doença de Haff** em níveis que comprometam ou impeçam o exercício da atividade pesqueira.

Foi apensado à proposição o PL nº 169/2023, também de autoria do Deputado Airton Faleiro, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para permitir a concessão de seguro-desemprego ao pescador artesanal na hipótese de **contaminação de pescado por mercúrio** e destinar os recursos das respectivas multas ambientais ao pagamento do benefício.

O projeto foi distribuído às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Trabalho; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em 17/11/2023, foi apresentado o parecer do Relator,



Dep. Raimundo Costa (PODE-BA), pela aprovação desse, e do PL 169/2023, apensado, com substitutivo e, em 20/03/2024, aprovado o parecer.

Foi recebido por esta Comissão de Trabalho (CTRAB), com o PL nº 169/2023 apensado. Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Inicialmente é importante destacar que compete a esta Comissão de Trabalho opinar sobre proposições pertinentes ao direito do trabalho, nos termos art. 32, inciso XVIII, “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Quanto ao mérito, consideramos convenientes e oportunas as proposições. No ano de 2023, um estudo da FioCruz constatou que a ingestão diária de mercúrio excedia os limites seguros em seis estados na Amazônia.<sup>1</sup> Os piores índices estavam em Roraima, com 40% de peixes com mercúrio acima do limite recomendado, e no Acre, com 35,9.

Mais recentemente, em 2024, um estudo da Universidade do estado do Amazonas no Rio Madeira constatou que espécies muito consumidas pela população, como branquinha, jaraqui e pacu, para as quais a legislação admite concentração de 0,5 miligrama por quilo (mg/kg), chegavam a conter 16mg/kg do metal pesado - 32 vezes mais que o permitido.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> <https://portal.fiocruz.br/noticia/ingestao-diaria-de-mercurio-excede-os-limites-seguros-em-seis-estados-na-amazonia> Acesso em 25 de Nov 2024

<sup>2</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/11/monitoramento-aponta-peixes-contaminados-com-mercurio-no-rio-madeira-no-amazonas.shtml> Acesso em 25 de Nov de 2024

**Câmara dos Deputados** - Anexo III – Gabinete 684 – CEP: 70160-900  
Fone: (61) 3215-5684/3215-3684 – Brasília / DF - e-mail:  
[dep.vicentinho@camara.leg.br](mailto:dep.vicentinho@camara.leg.br)



Estudos apontam que o consumo de peixes com alta concentração de metais podem provocar problemas nos sistemas nervoso, digestivo e imunológico. Assim, o consumo do pescado acaba sendo impactado negativamente nessas localidades, inviabilizando a subsistência de pescadores e de suas famílias, que têm como a pesca o seu único meio de sobrevivência.

De modo similar, o consumo do pescado é impactado quando há registro de casos da doença de Haff. A síndrome, também conhecida como “doença da urina preta”, é monitorada no Brasil desde o ano de 2008, quando houve o primeiro relato de surto, no estado do Amazonas, associado à ingestão de pacu.<sup>3</sup>

Posteriormente, casos e surtos foram relatados nos estados da Bahia (2016, 2017 e 2020), Pará (2013) e São Paulo (2019). Diante disso, desde o início de 2021, o Ministério da Saúde (MS) tem realizado o monitoramento sistemático dos casos compatíveis com a doença de Haff.<sup>4</sup>

A ocorrência de casos da síndrome da urina preta causa um impacto significativo na renda de pescadores, pois gera um medo generalizado na população em relação ao consumo de peixes. Como consequência, a procura por pescados diminuiu drasticamente, afetando diretamente a venda em mercados e feiras, o que leva pescadores a enfrentarem dificuldades financeiras, uma vez que a pesca é a principal fonte de renda para muitas famílias.

Por essas razões, é importante que o seguro-desemprego do pescador artesanal (seguro-defeso), que hoje é devido durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie, seja estendido também a essas hipóteses.

Ressaltamos, no entanto, a necessidade de aperfeiçoamento do texto. É que a redação do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural dá a entender, salvo melhor

<sup>3</sup> <https://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/noticias/2021/informativo-tecnico-sindrome-de-haff-no-brasil-doenca-da-urina-preta.1572.html> Acesso em 25 de Nov de 2024

<sup>4</sup> [https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim\\_epidemiologico\\_svsa\\_9.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim_epidemiologico_svsa_9.pdf) Acesso em 25 de Nov de 2024

**Câmara dos Deputados** - Anexo III – Gabinete 684 – CEP: 70160-900  
Fone: (61) 3215-5684/3215-3684 – Brasília / DF - e-mail:  
[dep.vicentino@camara.leg.br](mailto:dep.vicentino@camara.leg.br)



juízo, que o pescado é quem seria acometido pela Doença de Haff, quando, em verdade, as pessoas é que são acometidas por essa doença.

Portanto, aproveitamos a oportunidade para oferecer um Substitutivo com o propósito de realizar um ajuste, separando as hipóteses de seguro-defeso pela contaminação do peixe por mercúrio e pela ocorrência de surto ou epidemia da Doença de Haff na região de atuação do pescador em incisos diferentes.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Lei nº 4.484, de 2021 e nº 169 de 2023, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em            de            de 2024.

Deputado VICENTINHO  
Relator

2024-16676

**Câmara dos Deputados** - Anexo III – Gabinete 684 – CEP: 70160-900  
Fone: (61) 3215-5684/3215-3684 – Brasília / DF - e-mail:  
[dep.vicentino@camara.leg.br](mailto:dep.vicentino@camara.leg.br)



## COMISSÃO DE TRABALHO

### SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 4.484, DE 2021 E Nº 169 DE 2023

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para permitir a concessão de seguro-desemprego ao pescador artesanal na hipótese de contaminação de pescado por mercúrio ou na ocorrência de surto ou epidemia da Doença de Haff.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º O pescador artesanal de que trata a alínea “b” do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a alínea “b” do inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal:

I - durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie;

II - em caráter excepcional, na forma do regulamento, quando ocorrer contaminação do pescado por mercúrio na região de atuação do pescador em níveis que comprometam ou impeçam o exercício da atividade pesqueira; e,

III - em caráter excepcional, na forma do regulamento, quando ocorrer surto ou epidemia da Doença de Haff na região de atuação do pescador em níveis que comprometam ou impeçam o exercício da atividade pesqueira.

.....” (NR)

Art. 2º A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte alteração:

**Câmara dos Deputados** - Anexo III – Gabinete 684 – CEP: 70160-900  
Fone: (61) 3215-5684/3215-3684 – Brasília / DF - e-mail:  
[dep.vicentino@camara.leg.br](mailto:dep.vicentino@camara.leg.br)



“Art.

11. ....  
.....  
.....

V - o produto da arrecadação das multas ambientais de que tratam os incisos II e III do art. 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, aplicadas em decorrência de infração que resulte em contaminação de pescado por mercúrio;

VI – outros recursos que lhe sejam destinados.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alteração:

“Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, ao Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap), ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), na hipótese de que trata o inciso V do art. 11 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e aos fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

.....” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado VICENTINHO PT/SP  
Relator

**Câmara dos Deputados** - Anexo III – Gabinete 684 – CEP: 70160-900  
Fone: (61) 3215-5684/3215-3684 – Brasília / DF - e-mail:  
[dep.vicentino@camara.leg.br](mailto:dep.vicentino@camara.leg.br)

